

Echo Holding 1 S.A.

**Demonstrações financeiras, individuais e  
consolidadas  
em 31 de dezembro de 2021**

# Conteúdo

<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas</b>	<b>3</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>6</b>
<b>Demonstrações do resultado</b>	<b>7</b>
<b>Demonstrações do resultado abrangentes</b>	<b>8</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>9</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa - Método Indireto</b>	<b>10</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas</b>	<b>11</b>



KPMG Auditores Independentes Ltda.  
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A  
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil  
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil  
Telefone +55 (11) 3940-1500  
kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da  
Echo Holding 1 S.A.  
Fortaleza – CE

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Echo Holding 1 S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Echo Holding 1 S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.


- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2022.

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6



Daniel A. da S. Fukumori

Contador CRC 1SP245014/O-2

## Echo Holding 1 S.A.

### Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020			31/12/2021	31/12/2020		
Caixa e equivalentes de caixa	6.a	7	2	117.910	108.318	Fornecedores	12	102	20	55.885	48.637
Fundos vinculados	6.b	-	-	14.776	-	Financiamentos	13	-	-	59.491	117.011
Contas a receber	7	-	-	42.059	42.775	Debêntures	14	-	-	25.671	17.915
Adiantamento a fornecedores		-	-	21.389	14.320	Obrigações tributárias		-	1	2.042	2.569
Tributos a recuperar		3	176	2.594	2.686	Imposto de renda e contribuição social a pagar		-	-	5.426	4.193
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		60	-	8.999	7.114	Obrigações sociais e trabalhistas		-	-	129	353
Despesas pagas antecipadamente	8	-	-	9.701	3.760	Provisão de ressarcimento	15	-	-	130.191	120.777
Estoques		-	-	1.555	1.222	Arrendamentos	10	-	-	5	22
Outras contas a receber		-	-	508	505	Outras contas a pagar		-	-	610	3.081
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>70</b>	<b>178</b>	<b>219.491</b>	<b>180.700</b>	<b>Total do passivo circulante</b>		<b>102</b>	<b>21</b>	<b>279.450</b>	<b>314.558</b>
Contas a receber	7	-	-	3.747	1.796	Financiamentos	13	-	-	733.873	732.628
Fundos vinculados	6.b	-	-	218.652	186.598	Debêntures	14	-	-	267.030	254.675
Despesas pagas antecipadamente	8	-	-	223	764	Compensação de infraestrutura		-	-	3.168	-
Depósitos judiciais	25	-	-	127	109	Provisão de ressarcimento	15	-	-	27.404	-
<b>Total do realizável a longo prazo</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>222.749</b>	<b>189.267</b>	Obrigações tributárias		-	-	1.446	2.126
Investimentos	9	644.011	646.593	-	-	Outras contas a pagar		-	-	13	-
Direito de uso	10	-	-	2.513	3.902	Arrendamentos	10	-	-	2.683	4.024
Imobilizado	11	-	-	1.511.559	1.578.159	<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.035.617</b>	<b>993.453</b>
Intangível		-	-	2.734	2.733	<b>Patrimônio líquido</b>	17				
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>644.011</b>	<b>646.593</b>	<b>1.739.555</b>	<b>1.774.061</b>	Capital social		811.448	811.220	811.448	811.220
						Prejuízos acumulados		(167.469)	(164.470)	(167.469)	(164.470)
						<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>643.979</b>	<b>646.750</b>	<b>643.979</b>	<b>646.750</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>644.081</b>	<b>646.771</b>	<b>1.959.046</b>	<b>1.954.761</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>644.081</b>	<b>646.771</b>	<b>1.959.046</b>	<b>1.954.761</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Echo Holding 1 S.A.

## Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receita operacional líquida	18	-	-	325.951	270.427
Custos de operação	19	-	-	(199.509)	(163.956)
<b>Lucro bruto</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>126.442</b>	<b>106.471</b>
Despesas gerais e administrativas	20	(144)	(27)	(13.214)	(12.306)
Outras receitas (despesas) operacionais		(114)	4	2.706	1.284
Resultado com equivalência patrimonial	9	(2.740)	(41.496)	-	-
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos</b>		<b>(2.998)</b>	<b>(41.519)</b>	<b>115.934</b>	<b>95.449</b>
Receitas financeiras	21	-	-	12.342	6.664
Despesas financeiras	21	(1)	(1)	(116.304)	(132.555)
<b>Resultado financeiro líquido</b>		<b>(1)</b>	<b>(1)</b>	<b>(103.962)</b>	<b>(125.891)</b>
<b>Resultado antes dos tributos</b>		<b>(2.999)</b>	<b>(41.520)</b>	<b>11.972</b>	<b>(30.442)</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	16	-	-	(14.971)	(11.078)
<b>Prejuízo do exercício</b>		<b>( 2.999)</b>	<b>( 41.520)</b>	<b>( 2.999)</b>	<b>( 41.520)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Echo Holding 1 S.A.

## Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Prejuízo do exercício	(2.999)	(41.520)	(2.999)	(41.520)
Resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b><u>( 2.999)</u></b>	<b><u>( 41.520)</u></b>	<b><u>( 2.999)</u></b>	<b><u>( 41.520)</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Echo Holding 1 S.A.

## Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

<b>Controladora e consolidado</b>					
<b>Capital social</b>					
	<b>Nota</b>	<b>Capital subscrito</b>	<b>Capital a integralizar</b>	<b>Prejuízos Acumulados</b>	<b>Total</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>		<b>627.468</b>	<b>(18.865)</b>	<b>(122.950)</b>	<b>485.649</b>
Subscrição de capital		209.500	(209.500)	-	-
Integralização de capital	17.a	-	202.617	-	202.617
Prejuízo do exercício		-	-	(41.520)	(41.516)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>		<b>836.968</b>	<b>(25.748)</b>	<b>(164.470)</b>	<b>646.750</b>
Integralização de capital	17.a	-	228	-	228
Prejuízo do exercício		-	-	(2.999)	(2.999)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>		<b>836.968</b>	<b>(25.520)</b>	<b>(167.469)</b>	<b>643.979</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Echo Holding 1 S.A.

## Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Resultado antes dos tributos		(2.999)	(41.520)	11.972	(30.438)
<b>Ajustes para reconciliar o resultado do período com recursos provenientes de atividades operacionais:</b>					
Juros sobre financiamento	13	-	-	61.825	67.516
Custo de captação apropriado ao resultado	13/14	-	-	2.382	16.159
Juros sobre debêntures	14	-	-	50.277	31.734
Depreciação	11	-	-	82.573	82.649
Resultado de equivalência patrimonial	9	2.740	41.496	-	-
Provisões de ressarcimento	15	-	-	36.818	51.507
Correção monetária depósitos judiciais	21	-	-	(18)	-
Amortização de direitos de uso	10	-	-	29	95
Juros incorridos sobre arrendamento	10	-	-	325	278
		<b>(259)</b>	<b>(24)</b>	<b>246.183</b>	<b>216.332</b>
<b>Variações em:</b>					
Contas a receber	7	-	-	(1.235)	(3.289)
Fundos vinculados	6.b	-	-	(14.776)	-
Tributos a recuperar		173	(6)	92	1.667
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		(60)	-	(1.885)	(2.696)
Outras contas a receber		-	-	(5.292)	(505)
Estoques		-	-	(333)	(940)
Adiantamento a fornecedores		-	-	(7.069)	(3.307)
Despesas pagas antecipadamente	8	-	-	(5.400)	5.746
Fornecedores	12	82	20	7.248	13.204
Obrigações sociais e trabalhistas		-	-	(224)	(36)
Obrigações tributárias		(1)	1	(1.207)	(2.064)
Imposto de renda e contribuição social a pagar		-	-	-	1.810
Outras contas a pagar		-	-	5.999	(2.943)
<b>Fluxo de caixa (utilizado nas) proveniente das atividades operacionais</b>		<b>(65)</b>	<b>(9)</b>	<b>222.101</b>	<b>226.147</b>
Pagamento de juros sobre financiamentos e debêntures	13/14	-	-	(78.356)	(61.998)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		-	-	(13.738)	(8.245)
<b>Caixa líquido (utilizado nas) proveniente das atividades operacionais</b>		<b>(65)</b>	<b>(9)</b>	<b>130.007</b>	<b>155.904</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>					
Aporte de capital em investidas	9	(158)	(202.610)	-	-
Aquisição de ativo intangível		-	-	(1)	(8)
Aquisição de ativo imobilizado	11	-	-	(15.973)	(20.765)
<b>Caixa utilizado nas atividades de investimento</b>		<b>(158)</b>	<b>(202.610)</b>	<b>(15.974)</b>	<b>(20.773)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>					
Pagamento de principal de financiamentos	13	-	-	(58.378)	(325.783)
Captação financiamentos	13	-	-	254	2.868
Custo de captação financiamentos	13	-	-	-	(300)
Captação de debêntures	14	-	-	-	20.000
Pagamento de principal de debêntures	14	-	-	(14.168)	(5.555)
Custo de captação debêntures	14	-	-	-	(736)
Arrendamentos	10	-	-	(323)	(285)
Integralização de capital	17.a	228	202.617	228	202.617
Fundos vinculados	6.b	-	-	(32.054)	(49.673)
<b>Caixa proveniente das (utilizado nas) atividades de financiamento</b>		<b>228</b>	<b>202.617</b>	<b>(104.441)</b>	<b>(156.847)</b>
<b>Aumento (Redução) em caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>5</b>	<b>(2)</b>	<b>9.592</b>	<b>(21.716)</b>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	6.a	2	4	108.318	130.034
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	6.a	7	2	117.910	108.318
<b>Aumento (Redução) em caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>5</b>	<b>(2)</b>	<b>9.592</b>	<b>(21.716)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

*(Em milhares Reais)*

### **1 Contexto operacional**

Echo Holding 1 S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 23 de fevereiro de 2015, estabelecida na Avenida Barão de Studart, nº 2360, sala 1004, bairro, Joaquim Tavora, Fortaleza estado do Ceará. A Companhia tem como objeto social a participação em outras sociedades como sócia ou acionista. A controladora da Companhia é a Echoenergia Participações, a qual detém 100% dos investimentos da Companhia

As controladas da Companhia que compreendem os seguintes complexos:

- Complexo Eólico São Clemente, possuem 8 (oito) centrais geradoras de energia eólica situadas nos municípios de Caetés, Venturosa e Pedra no estado do Ceará, possuindo ao todo 126 (cento e vinte e seis) unidades geradoras de 1,715 MW médios, totalizando 216,09 MW médios de capacidade instalada. O prazo de autorização é de 25 de novembro de 2014 a 27 de novembro de 2049.
- Complexo Eólico Tianguá (Ventos de São Jorge) possuem 5 (cinco) centrais geradoras de energia eólica situada nos municípios de Tianguá e Ubajara no estado do Ceará, possuindo ao todo 77 (setenta e sete) unidades geradoras de 1,69 MW médios, totalizando 130,13 MW médios de capacidade instalada. O prazo de autorização é de 30 de junho de 2011 a 04 de julho de 2046.

Portanto, o total de centrais geradoras combinadas são de 13 unidades, com capacidade 346,2 MW médios de capacidade instalada.

## 1.1 Projeto de geração eólica

Em 31 de dezembro de 2021, as controladas indiretas possuem as seguintes autorizações outorgadas pela ANEEL para exploração de energia eólica:

<b>Projeto Eólico</b>	<b>Resolução Original</b>	<b>Data</b>	<b>Prazo</b>	<b>Capacidade de energia instalada (MW Médio)</b>	<b>Garantia Física (MW Médio)</b>
EOL Ventos de São Clemente I	Port. 627/2014	25/11/2014	35 anos	29,155	16,6
EOL Ventos de São Clemente II	Port. 628/2014	25/11/2014	35 anos	29,155	15
EOL Ventos de São Clemente III	Port. 631/2014	28/11/2014	35 anos	29,155	14,9
EOL Ventos de São Clemente IV	Port. 632/2014	27/11/2014	35 anos	29,155	15,2
EOL Ventos de São Clemente V	Port. 627/2014	27/11/2014	35 anos	29,155	17,8
EOL Ventos de São Clemente VI	Port. 633/2014	27/11/2014	35 anos	25,725	14,7
EOL Ventos de São Clemente VII	Port. 640/2014	28/11/2014	35 anos	24,01	12,6
EOL Ventos de São Clemente VIII	Port. 634/2014	27/11/2014	35 anos	20,58	11,3
EOL Vento Formoso	Port. 409/2011	08/07/2011	35 anos	25,35	14,2
EOL Ventos de Tianguá	Port. 390/2011	04/07/2011	35 anos	25,35	14,7
EOL Ventos de Tianguá Norte	Port. 389/2011	04/07/2011	35 anos	27,04	15,1
EOL Ventos do Morro do Chapéu	Port. 381/2011	30/06/2011	35 anos	25,35	13,7
EOL Ventos do Parazinho	Port. 410/2011	08/07/2011	35 anos	27,04	15,1

## 1.2 Contratos de venda de energia

Em 31 de dezembro de 2021, as controladas indiretas possuíam os seguintes contratos de compra e venda de energia de longo prazo, com vencimento em dezembro de 2036.

Empreendimento	Tipo	Energia Contratada (MW Médio)	Preço contratado (MWh) (b)	Índice de reajuste	Mês de reajuste
EOL Ventos de São Clemente I	LEN 3/2014 (a)	15,30	R\$ 189,10 (c)	IPCA	Janeiro
EOL Ventos de São Clemente II	LEN 3/2014 (a)	14,20	R\$ 190,10 (c)	IPCA	Janeiro
EOL Ventos de São Clemente III	LEN 3/2014 (a)	14,50	R\$ 189,50 (c)	IPCA	Janeiro
EOL Ventos de São Clemente IV	LEN 3/2014 (a)	14,60	R\$ 190,00 (c)	IPCA	Janeiro
EOL Ventos de São Clemente V	LEN 3/2014 (a)	15,70	R\$ 189,40 (c)	IPCA	Janeiro
EOL Ventos de São Clemente VI	LEN 3/2014 (a)	13,30	R\$ 188,90 (c)	IPCA	Janeiro
EOL Ventos de São Clemente VII	LEN 3/2014 (a)	10,70	R\$ 190,20 (c)	IPCA	Janeiro
EOL Ventos de São Clemente VIII	LEN 3/2014 (a)	9,50	R\$ 188,90 (c)	IPCA	Janeiro
EOL Vento Formoso	LFA 7/2010 (b)	13,5	R\$ 188,90 (c)	IPCA	Novembro
EOL Ventos de Tianguá	LFA 7/2010 (b)	13,10	R\$ 259,20 (c)	IPCA	Novembro
EOL Ventos de Tianguá Norte	LFA 7/2010 (b)	14,10	R\$ 259,20 (c)	IPCA	Novembro
EOL Ventos do Morro do Chapéu	LFA 7/2010 (b)	13,10	R\$ 259,20 (c)	IPCA	Novembro
EOL Ventos do Parazinho	LFA 7/2010 (b)	14,00	R\$ 259,20 (c)	IPCA	<b>Novembro</b>

- (a) Leilão Energia Nova.
- (b) Leilão Fontes Alternativas.
- (c) Em 31 de dezembro de 2021.

## 1.3 Capital circulante líquido

Em 31 de dezembro de 2021, o capital circulante líquido da Companhia, que corresponde à diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante, foi negativo em R\$ 59.959 (R\$133.858 em 31 de dezembro de 2020). O capital circulante negativo da companhia se deve principalmente às amortizações previstas das debêntures e financiamentos da Companhia, bem como os valores de provisão de ressarcimento das Controladas. A Administração da Companhia entende que possui liquidez satisfatória, mesmo com o capital circulante líquido negativo, suportado pelos contratos de longo prazo para fornecimento de energia firmados com seus clientes. Adicionalmente, as controladas formalizaram junto aos credores a liberação dos recursos reconhecidos nas contas de reserva especial para pagamento dos valores apurados do ressarcimento, após a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), deliberar em definitivo sobre os procedimentos de apuração e compensação do ressarcimento com os valores de *constrained-off*.

## 1.4 Efeitos COVID – 19

### a. Contexto Geral

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o corona vírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos.

A portaria 188 de 03 de fevereiro de 2020 assinada pelo Ministro da Saúde, declara Estado de Emergência Pública e o Congresso Nacional aprova em caráter de urgência um projeto de Lei com medidas contra o Covid-19, promulgando o isolamento e separação de pessoas doentes ou contaminadas; quarentena, restrição de atividades; realização de exames médicos e vacinação; restrição de entrada e saída no país entre outras.

Diante ao exposto a Administração implementou o sistema de trabalho *home office* para todos os colaboradores das áreas corporativas, também, foram remanejadas todas as reuniões presenciais para *online*, proibindo a realização de viagens internacionais e restringindo as nacionais, autorizando-as somente em caso de extrema necessidade. Todos os casos suspeitos e/ou confirmados são monitorados diariamente pela Companhia.

Nas plantas operacionais e projetos em construção foram implementadas uma série de ações educativas para os trabalhadores sobre tema de prevenção do Corona Vírus. Todos os colaboradores e terceiros foram orientados a reportar quaisquer casos suspeitos e fazemos o monitoramento constante da situação. Em caso suspeito a pessoa e todos que tiveram contato com ela são colocadas em quarentena imediatamente. Também foi montado um plano de contingência para que Plantas e Centro de Operações não corram o risco de não operação em casos de contaminação, que consiste principalmente em realocação de profissionais já qualificados nas funções entre diferentes regiões do país, caso seja necessário.

### b. Impacto nas demonstrações financeiras

#### Receita e contas a receber

As receitas da Companhia e suas controladas estão atreladas aos contratos de longo prazo para venda de energia nos ambientes regulado e livre, os contratos no setor de energia tem por característica mecanismos que agregam confiabilidade e controlam a inadimplência entre participantes setoriais. Não foram identificadas perdas de contratos com clientes após o início da pandemia.

Pela característica dos contratos de venda, não foram observados aumentos nos níveis de inadimplência ou riscos de não liquidação do contas a receber do Grupo, portanto não houve necessidade de complemento da perda estimada com crédito de liquidação duvidosa para o período decorrente da pandemia da COVID-19.

**Suspensão temporária dos pagamentos de financiamentos do BNDES**

O BNDES aprovou em março de 2020, em caráter emergencial, medidas socioeconômicas de execução imediata que tiveram por objetivo ajudar a mitigar os efeitos da COVID-19 no Brasil. Uma das medidas foi a possibilidade de concessão da suspensão temporária por prazo de até seis meses de amortizações de financiamentos contratados junto ao BNDES, nas modalidades direta e indireta às Companhias afetadas pela crise. Em junho de 2020 a Companhia, através das suas controladas diretas São Clemente Holding e São Jorge Holding, obteve junto a instituição a aprovação para suspensão do pagamento do serviço a dívida por seis meses, acarretando um impacto no caixa de aproximadamente R\$ 33.730 no exercício de 2020. Em 2021 não houve impacto da suspensão de pagamentos.

## **2 Base de preparação**

### **a. Declaração e conformidade**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, foi autorizada pela Diretoria em 28 de março de 2022.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária Brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão

### **b. Base de mensuração**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Aplicação financeira e Fundos vinculados que são mensurados a valor justo.

### **c. Moeda funcional e de apresentação**

A moeda funcional da Companhia é o Real, e essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em milhares de Reais. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

#### **d. Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas exige que a Administração da Companhia e suas controladas façam julgamentos e adotem estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes, raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia e suas controladas revisam as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua. Os ajustes oriundos no momento destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e também aplicadas de maneira prospectiva.

As informações sobre as incertezas relacionadas as premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Direito de uso e Arrendamentos (nota explicativa nº 10) – estimativa da taxa implícita de desconto utilizada no cálculo do valor presente
- Provisão de ressarcimento (nota explicativa nº 15) – reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;

### **3 Base de consolidação e investimentos em controladas**

As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que deixa de existir.

As políticas contábeis das controladas consideradas na consolidação estão alinhadas com as políticas contábeis adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem os saldos e transações da Companhia e suas controladas. Os saldos e transações de ativos, passivos, receitas e despesas foram consolidados integralmente para as controladas.

Os principais critérios de consolidação estão descritos a seguir:

- a) Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as Companhias consolidadas.
- b) Eliminação de participações no capital, reservas e lucros acumulados das Companhia controladas.
- c) Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as Companhia consolidadas.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas incluem, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as demonstrações financeiras da Echo Holding 1 S.A. e suas controladas, listadas a seguir:

<b>Controladas diretas:</b>	<b>% de Participação</b>	
	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Ventos de São Clemente Holding S.A.	100%	100%
Ventos de São Jorge Holding S.A.	100%	100%
 <b>Controladas indiretas:</b>		
Ventos de São Clemente I Energias Renováveis S.A.	100%	100%
Ventos de São Clemente II Energias Renováveis S.A.	100%	100%
Ventos de São Clemente III Energias Renováveis S.A.	100%	100%
Ventos de São Clemente IV Energias Renováveis S.A.	100%	100%
Ventos de São Clemente V Energias Renováveis S.A.	100%	100%
Ventos de São Clemente VI Energias Renováveis S.A.	100%	100%
Ventos de São Clemente VII Energias Renováveis S.A.	100%	100%
Ventos de São Clemente VIII Energias Renováveis S.A.	100%	100%
Nova Ventos do Parazinho Energias Renováveis S.A.	100%	100%
Nova Ventos de Tianguá Energias Renováveis S.A.	100%	100%
Nova Ventos de Tianguá Norte Energias Renováveis S.A.	100%	100%
Nova Ventos do Morro do Chapéu Energias Renováveis S.A.	100%	100%
Nova Vento Formoso Energias Renováveis S.A.	100%	100%

#### **4 Resumo das principais políticas contábeis**

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

**a. Instrumentos financeiros**

***Ativos financeiros***

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. As classificações dos ativos financeiros no momento inicial são como segue:

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

**Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:**

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de financiamentos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia e suas controladas consideram os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia e suas controladas consideram:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia e suas controladas a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

### ***Passivos financeiros***

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. As classificações dos passivos financeiros são como seguem:

- Mensurados pelo valor justo por meio do resultado: são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação no curto prazo, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou (iii) derivativos. Estes passivos são registrados inicialmente pelos respectivos valores justos, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos que seja atribuível a alterações no risco de crédito do passivo, se houver, que deve ser registrada contra outros resultados abrangentes. A Companhia e suas controladas não possuem passivos financeiros classificados nessa categoria.
- Mensurados subsequentemente ao custo amortizado: são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota explicativa 23.

**(i) Instrumentos financeiros derivativos**

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia e suas controladas não celebraram contrato de instrumentos financeiros derivativos.

**b. Imobilizado**

**(i) Reconhecimento e mensuração**

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação, que inclui os custos de financiamentos capitalizados, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas de redução ao valor recuperável. Incluem, ainda, quaisquer outros custos para colocar os ativos no local e em condição necessária para que este esteja em condições de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados e os custos de financiamentos sobre ativos qualificáveis. As controladas indiretas da Companhia não possuem obrigação contratual para desmontagem ou restauração do local onde os ativos imobilizados estão instalados, portanto, nenhuma provisão foi constituída.

No caso de substituição de componentes do ativo imobilizado, o novo componente é registrado pelo custo de aquisição (reposição) caso seja provável que traga benefícios econômicos para a Companhia e suas controladas e se o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente repostado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os custos com juros sobre financiamentos e custos de financiamentos são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável. Os custos de financiamentos são reconhecidos no resultado com base no método linear em relação às vidas úteis dos ativos fixos a que pertencem.

**(ii) Depreciação**

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear em relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas utilizadas estão de acordo com o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (“MCPSE”), aprovado pela Resolução Normativa nº 674/2015 pela ANEEL, limitando-se ao período de autorização, que na avaliação da Administração representam a vida útil dos bens. Os métodos de depreciação, as vidas úteis serão revistas a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

Unidade de geração eólica – Pás	15 anos
Unidade de geração eólica – Gerador	20 anos
Unidade de geração eólica – Nacelle	25 anos
Unidade de geração eólica – Torre	30 anos
Benfeitorias	30 anos
Móveis e utensílios	16 anos
Equipamentos móveis e portáteis de comunicação	16 anos
Outros equipamentos	16 anos
Equipamento geral de informática	6 anos

Os ganhos e as perdas na alienação e/ou baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem e são reconhecidos líquidos, dentro de despesas gerais e administrativas, na rubrica “Outros”.

**c. Receitas de venda de energia elétrica**

A receita operacional advinda do curso normal das atividades da Companhia e suas controladas é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a Companhia cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

A energia produzida por suas controladas é vendida de duas formas. (i) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado – ACR (Ambiente de Contratação Regulada) e (ii) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no ambiente Livre – ACL (Ambiente de Contratação Livre), ambos registrados na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica).

Os contratos de suas controladas possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito.

Geração excedente: Toda geração de energia produzida acima das quantidades mensais contratadas conforme estipuladas pelos contratos de Leilão de Fontes Alternativas (LFA) e 19º

Leilão de Energia Nova (LEN), sendo reconhecidos no mês de competência conforme metodologia de cálculo estabelecida em cada contrato, esses valores são divididos em excedentes quadrienais e anuais. São considerados excedentes quadrienais quando a geração acumulada atingir entre 100% e 130% da quantidade de energia contratada e excedentes anuais quando a geração acumulada ultrapassar 130% da quantidade de energia contratada.

Geração deficitária: Toda geração de energia produzida abaixo das quantidades mensais contratadas conforme estipuladas pelos contratos CER são reconhecidos no mês de competência conforme metodologia de cálculo estabelecida em cada contrato, esses valores são divididos em ressarcimentos quadrienais e anuais. São considerados ressarcimentos quadrienais quando a geração acumulada estiver entre o 90% e 100% da quantidade de energia contratada e ressarcimentos anuais quando a geração acumulada for inferior a 90% da quantidade de energia contratada.

A Companhia considera que tal contraprestação é uma parcela variável prevista no contrato, conforme determinado pelo CPC 47 – Receita de contrato com cliente, no qual, a entidade deve estimar o valor da contraprestação à qual a entidade terá direito em troca da transferência dos bens ou serviços prometidos ao cliente, na medida em que for altamente provável que uma reversão significativa no valor das receitas acumuladas não deva ocorrer. A Companhia mensura a contraprestação variável nos referidos contratos pelo método do valor mais provável.

**d. Intangível**

Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, como *software* e licenças, adquiridos pela Companhia e suas controladas, com vidas úteis finitas, mensurados pelo custo, deduzidos da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

**e. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)**

**(i) Ativos financeiros não derivativos**

A Companhia, quando aplicável, reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A provisão para perdas com contas a receber de clientes deve ser mensurada a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia deve considerar informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia.

A Companhia deve considerar um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- o ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias.

A Companhia não tem histórico de inadimplência de seus ativos financeiros, adicionalmente, com relação às aplicações financeiras, a Companhia somente aplica em bancos de primeira linha e em aplicações que não apresentam risco significativo de perda por estarem garantidas pelo Fundo Garantidor de Crédito.

### ***Ativos financeiros com problemas de recuperação***

Em cada data de balanço, a Companhia e suas controladas devem avaliar se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 180 dias;
- Reestruturação de um valor devido a Companhia ou a suas controladas em condições que não seria aceita em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

A Companhia e suas controladas, após avaliação, não identificaram ativos financeiros com problemas de recuperação.

### **(ii) *Ativos não financeiros***

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Administração avaliou e concluiu que não há qualquer indicativo de que os valores contábeis de seus ativos não financeiros não são recuperáveis, e, portanto, não houve a necessidade de efetuar o teste de recuperação (*impairment test*), assim como, nenhum registro de provisão para redução ao valor recuperável foi efetuado.

A Companhia e suas controladas não possuem ativos com vida útil indefinida, incluindo ágio por rentabilidade futura.

#### **f. Impostos**

##### **Imposto de renda e contribuição social correntes**

A Companhia calcula o imposto de renda e contribuição social com base no lucro real e as suas Controladas com base no lucro presumido.

##### ***Lucro presumido***

Conforme facultado pela legislação tributária, as controladas consolidadas optaram pelo regime de tributação com base no lucro presumido. A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social é calculada à razão de 8% no cálculo do imposto de renda e 12% no cálculo da contribuição sobre a receita bruta, proveniente da venda de energia elétrica e de 100% das demais receitas que não compõem a receita bruta sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

##### ***Lucro real***

O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes da Controladora são calculados com base nas alíquotas anuais de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

##### ***Pis e Cofins***

O Pis e a Cofins para as controladas indiretas, as quais possuem atividade de geração de energia, são calculados com base no regime cumulativo, ou seja, aplicando os percentuais estabelecidos pela legislação tributária sobre a receita operacional das controladas. A alíquota para o Pis é de 0,65% sobre a receita operacional e para a Cofins 3,65%.

Nas controladas diretas, e na Companhia que exercem a atividade de holding, são calculados com base no regime não cumulativo, aplicando-se a alíquota de 7,6% para a Cofins e 1,65% para o Pis, exceto em relação as receitas financeiras onde o percentual para o Pis é de 0,65% e 4% para a Cofins.

**g. Provisões**

As provisões são reconhecidas em virtude de um evento passado, quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for mais provável do que não provável a exigência de um recurso econômico para liquidar essa obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

**h. Arrendamentos**

No início de um contrato, as Controladas avaliam se um contrato é ou contém arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca da contraprestação.

**(i) Arrendatário**

No início ou na modificação de um contrato que contém o componente de arrendamento, as Controladas alocam as contraprestações nos contratos a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. No caso da Companhia os ativos de direito de uso e seus respectivos passivos de arrendamento se referem as terras onde os parques eólicos encontram-se instalados.

As Controladas adotam os seguintes critérios de reconhecimento e mensuração inicial dos ativos e passivos:

- Reconhecimento de passivo de arrendamento mercantil na data da aplicação inicial para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional. A mensuração do passivo de arrendamento mercantil foi realizada ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontados a partir das taxas de juros incrementais de para fontes de financiamento dos ativos subjacentes. A taxa nominal de juros incremental estabelecida foi em média de 10,72% a.a.
- Reconhecimento de ativo de direito de uso na data da aplicação inicial para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional. A mensuração do ativo de direito de uso ao valor equivalente ao passivo de arrendamento mercantil, ajustado pelo valor de quaisquer pagamentos de arrendamento antecipados ou acumulados referentes a esse arrendamento que tiver sido reconhecido no balanço patrimonial imediatamente antes da data da aplicação inicial, acrescido da estimativa dos custos a serem incorridos com remoção e desmontagem dos parques nos ativos subjacentes objetos de arrendamento ao final do prazo dos contratos de arrendamento.

O ativo de direito de uso é amortizado linearmente de acordo com a vida útil do respectivo ativo subjacente, o passivo é amortizado de acordo com o pagamento das contraprestações, reconhecendo as respectivas despesas financeiras com base no método da taxa efetiva de juros.

Os ativos de direito de uso são apresentados no ativo não circulante, sendo representados pelos arrendamentos dos parques eólicos, os quais são amortizados de acordo com o prazo contratual remanescente dos contratos de arrendamento. Anualmente a Companhia irá remensurar os ativos de direito de uso e passivos de arrendamentos para refletir os reajustes nas contraprestações que espera liquidar.

Os critérios de reconhecimento e mensuração mencionados acima se referem as controladas indiretas do *cluster* de São Jorge Holding, pois para as controladas do *cluster* de Ventos de São Clemente Holding, a Companhia avaliou os contratos de arrendamentos e todos possuem somente valor de contraprestação variável, portanto, não reconheceram os passivos de arrendamento em contrapartida aos ativos de direito de uso. Os valores incorridos das contraprestações são registrados no resultado do exercício como arrendamento operacional

**i. Receitas e despesas financeiras**

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e juros ativos decorrente de direitos da Companhia e de suas controladas. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre financiamentos, custos de financiamentos, fianças e comissões bancárias e juros sobre arrendamento que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

## **5 Novas normas e interpretações**

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022.

O Grupo não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

**a) Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25)**

As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. Os comparativos não são reapresentados.

**b) Outras Normas**

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo:

- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06).
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27).
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15).
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26).
- IFRS 17 Contratos de Seguros.
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2).
- Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23/IAS 8).

## 6 Caixa e equivalentes de caixa e fundos vinculados

### a. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Saldos de caixa e bancos	7	-	4.055	63.968
Aplicações financeiras (a)	-	2	113.855	44.350
<b>Total de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b><u>7</u></b>	<b><u>2</u></b>	<b><u>117.910</u></b>	<b><u>108.318</u></b>

- (a) Referem-se a aplicações em Certificados de Depósitos Bancários e Compromissadas, com liquidez imediata e prontamente conversíveis em um montante de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança no valor, tendo como remuneração 100,99% da taxa (DI) em 31 de dezembro de 2021 (100,3% em 31 de dezembro de 2020).

**b. Fundos vinculados**

Os valores aplicados em fundos vinculados que fazem parte dos acordos firmados nos contratos de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (Contas Reserva da Dívida e Contas Reserva de O&M, entre outras) em que é exigido pelo banco financiador que sejam mantidos saldos mínimos estabelecidos nos instrumentos de financiamento. Os fundos vinculados estão classificados no ativo circulante e não circulante de acordo com a expectativa de realização.

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Serviço da dívida de debêntures	26.398	17.596
Reserva O&M	8.936	8.801
Centralizadora (i)	18.205	23.426
Reserva de dívida BNDES	30.543	29.600
Reserva especial <i>cluster</i> São Jorge Holding (ii)	122.895	107.175
Reserva acumulada <i>cluster</i> São Clemente Holding (iii)	26.451	-
<b>Total</b>	<b>233.428</b>	<b>186.598</b>
<b>Circulante</b>	<b>14.776</b>	<b>-</b>
<b>Não circulante</b>	<b>218.652</b>	<b>186.598</b>

- (i) As contas centralizadoras são contas correntes de titularidade da Companhia e suas controladas mantidas junto ao banco administrador das dívidas constituídas exclusivamente para movimentação dos saldos relacionados aos financiamentos.
- (ii) Conforme definido pelo contrato de cessão fiduciária de direitos, os saldos de caixa remanescentes nas contas centralizadoras dos projetos após pagamento das obrigações devem ser transferidos para as contas reservas especiais. Em decorrência da adesão ao *stand still* junto ao BNDES, as transferências para essas contas foram majoradas.
- (iii) Em decorrência da repactuação dos financiamentos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), passou a constituir montantes relacionados as contas de Reserva acumulada, com o objetivo de assegurar percentuais relacionados aos saldos das provisões para ressarcimento quadrienal. Nos anos de 2021, 2025, 2029 e 2033, no primeiro dia útil de cada mês, serão transferidos da conta de Reserva acumulada para a conta Centralizadora da Companhia, 1/12 correspondente ao saldo total da conta de Reserva de especial existente em primeiro de janeiro dos respectivos anos.

## 7 Contas a receber

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Transações realizadas no ACR (a)	43.743	33.581
Transações realizadas no ACL (b)	1.814	10.461
Transações realizadas no MCP CCEE (c)	102	819
Outras contas a receber – NE 18 (d)	437	-
(-) Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (e)	(290)	(290)
<b>Total</b>	<b>45.806</b>	<b>44.571</b>
<b>Circulante</b>	<b>42.059</b>	<b>42.775</b>
<b>Não circulante (f)</b>	<b>3.747</b>	<b>1.796</b>

- (a) Ambiente de Contratação Regulada - Contratos de venda de energia oriundos dos leilões regulados realizados pela CCEE.
- (b) Ambiente de Contratação Livre - Venda de energia realizada através de negociações bilaterais entre as partes e liquidações na CCEE.
- (c) Refere-se substancialmente aos créditos oriundos da liquidação positiva no mercado de curto prazo, contratos LER regulados pela CCEE e excedentes de geração de energia anual e venda de *swap* de lastro.
- (d) Refere-se aos valores a receber por parte do fornecedor de manutenção das controladas da Companhia em função do não cumprimento do acordo estabelecido de disponibilidade de geração do parque.
- (e) Com exceção do valor reconhecido em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 de R\$ 290, a Companhia e suas controladas não reconheceram outras perdas para créditos de liquidação duvidosa, pois os respectivos recebíveis não apresentam indícios de risco de crédito.
- (f) Refere-se aos excedentes de geração de energia liquidada na CCEE, correspondentes ao excedente quadrienal em formação. O valor total está previsto para recebimento em julho de 2022 caso a Companhia e suas controladas continuem performando geração de energia excedente.

## 8 Despesas pagas antecipadamente

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Seguros a apropriar	3.432	4.227
Fianças e compromisso	210	206
Manutenção antecipada (*)	6.282	-
Projetos sociais	-	91
<b>Total</b>	<b>9.924</b>	<b>4.524</b>
<b>Circulante</b>	<b>9.701</b>	<b>3.760</b>
<b>Não circulante</b>	<b>223</b>	<b>764</b>

(\*) Contratos com fornecedores de manutenção de aerogeradores, sendo que, serão amortizados no resultado de acordo com a competência durante o período de vigência.

## 9 Investimentos

### Composição

<b>2021</b>				
<b>Companhia</b>	<b>% Participação</b>	<b>Patrimônio líquido</b>	<b>Resultado do exercício</b>	<b>Investimento</b>
Ventos de São Clemente Holding S.A.	100%	434.345	(3.683)	434.345
Ventos de São Jorge Holding S.A.	100%	<u>209.666</u>	<u>943</u>	<u>209.666</u>
<b>Total dos investimentos</b>		<b><u>644.011</u></b>	<b><u>(2.740)</u></b>	<b><u>644.011</u></b>

<b>2020</b>				
<b>Companhia</b>	<b>% Participação</b>	<b>Patrimônio líquido</b>	<b>Resultado do exercício</b>	<b>Investimento</b>
Ventos de São Clemente Holding S.A.	100%	438.028	(35.325)	438.028
Ventos de São Jorge Holding S.A.	100%	<u>208.565</u>	<u>(6.171)</u>	<u>208.565</u>
<b>Total dos investimentos</b>		<b><u>646.593</u></b>	<b><u>(41.496)</u></b>	<b><u>646.593</u></b>

### Movimentação

<b>Investidas</b>	<b>2020</b>	<b>Aumento de capital</b>	<b>Resultado equivalência patrimonial</b>	<b>2021</b>
Ventos de São Clemente Holding S.A.	438.028	-	(3.683)	434.345
Ventos de São Jorge Holding S.A.	<u>208.565</u>	<u>158</u>	<u>943</u>	<u>209.666</u>
<b>Total líquido investido</b>	<b><u>646.593</u></b>	<b><u>158</u></b>	<b><u>(2.740)</u></b>	<b><u>644.011</u></b>

<b>Investidas</b>	<b>2019</b>	<b>Aumento de capital</b>	<b>Resultado equivalência patrimonial</b>	<b>2020</b>
Ventos de São Clemente Holding S.A.	270.853	202.500	(35.325)	438.028
Ventos de São Jorge Holding S.A.	<u>214.626</u>	<u>110</u>	<u>(6.171)</u>	<u>208.565</u>
<b>Total líquido investido</b>	<b><u>485.479</u></b>	<b><u>202.610</u></b>	<b><u>(41.496)</u></b>	<b><u>646.593</u></b>

A seguir o resumo das informações financeiras das controladas da Companhia em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

2021						
Controladas	Capital Social	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro (Prejuízo) do exercício
Ventos de São Clemente Holding S.A.	473.353	1.106.648	672.303	434.345	186.765	(3.683)
Ventos de São Jorge Holding S.A.	300.589	857.614	647.950	209.664	139.186	943
<b>Total</b>	<b>773.942</b>	<b>1.964.262</b>	<b>1.320.253</b>	<b>644.009</b>	<b>325.951</b>	<b>(2.740)</b>

2020						
Controladas	Capital Social	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Prejuízo do exercício
Ventos de São Clemente Holding S.A.	473.353	1.105.141	667.113	438.028	155.784	(35.325)
Ventos de São Jorge Holding S.A.	300.432	849.445	640.880	208.565	114.643	(6.171)
<b>Total</b>	<b>773.785</b>	<b>1.954.586</b>	<b>1.307.993</b>	<b>646.593</b>	<b>270.427</b>	<b>(41.496)</b>

## 10 Arrendamentos

As Controladas indiretas, atuam como arrendatárias em contratos de terras onde os parques eólicos encontram-se instalados.

A movimentação do direito de uso está demonstrada abaixo:

2021				
Consolidado	Valor líquido em 01/01/2021	Baixa	Amortizações	Valor líquido em 31/12/2021
<b>Ativo de direito de uso</b>				
Arrendamento parques eólicos	3.902	(1.360)	(29)	2.513
<b>Total do ativo</b>	<b>3.902</b>	<b>(1.360)</b>	<b>(29)</b>	<b>2.513</b>

2020				
Consolidado	Valor líquido em 01/01/2020	Adições	Amortizações	Valor líquido em 31/12/2020
<b>Ativo de direito de uso</b>				
Arrendamento parques eólicos	2.638	1.359	(95)	3.902
<b>Total do ativo</b>	<b>2.638</b>	<b>1.359</b>	<b>(95)</b>	<b>3.902</b>

Composição dos saldos de arrendamentos:

	<b>Consolidado</b>	
	30/12/2021	30/12/2020
<b>Passivo de arrendamento</b>	2.688	4.046
<b>Total</b>	2.688	4.046
<b>Circulante</b>	5	22
<b>Não circulante</b>	2.683	4.024

A movimentação do passivo de arrendamento, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, está demonstrada abaixo:

<b>Consolidado</b>	<b>2021</b>				<b>Valor líquido em 31/12/2021</b>
	<b>Valor líquido em 01/01/2021</b>	<b>Baixa</b>	<b>Pagamentos</b>	<b>Juros incorridos</b>	
	<b>Passivo de arrendamento</b>				
Arrendamentos parques eólicos	4.046	(1.360)	(323)	325	2.688
<b>Total</b>	<b>4.046</b>	<b>(1.360)</b>	<b>(323)</b>	<b>325</b>	<b>2.688</b>

<b>Consolidado</b>	<b>2020</b>				<b>Valor líquido em 31/12/2020</b>
	<b>Valor líquido em 01/01/2020</b>	<b>Adições</b>	<b>Pagamentos</b>	<b>Juros incorridos</b>	
	<b>Passivo de arrendamento</b>				
Arrendamentos parques eólicos	2.694	1.359	(285)	278	4.046
<b>Total</b>	<b>2.694</b>	<b>1.359</b>	<b>(285)</b>	<b>278</b>	<b>4.046</b>

## 11 Imobilizado

Por natureza, os valores dos ativos imobilizados estão compostos da seguinte forma:

Consolidado	Vida útil	31/12/2021		31/12/2020	
		Custo	Depreciação amortização	Valor líquido	Valor líquido
Imobilizado em andamento	-	38.932	-	38.932	23.782
Máquinas e equipamentos	15-30 anos	1.883.371	(441.149)	1.442.222	1.522.810
Benfeitorias	30 anos	35.828	(6.261)	29.567	30.641
Móveis e utensílios	16 anos	1.283	(452)	831	911
Equipamentos e processamento de dados	6 anos	45	(38)	7	15
<b>Total</b>		<b>1.959.459</b>	<b>(447.900)</b>	<b>1.511.559</b>	<b>1.578.159</b>

Abaixo seguem as movimentações do imobilizado:

Consolidado	2021			
	Saldo em 31/12/2020	Adição	Depreciação amortização	Saldo em 31/12/2021
Imobilizado em andamento (*)	23.782	15.150	-	38.932
Máquinas e equipamentos	1.522.810	823	(81.411)	1.442.222
Benfeitorias	30.641	-	(1.074)	29.567
Móveis e utensílios	911	-	(80)	831
Equipamentos e processamento de dados	15	-	(8)	7
<b>Total</b>	<b>1.578.159</b>	<b>15.973</b>	<b>(82.573)</b>	<b>1.511.559</b>

(\*) Refere-se substancialmente as obras de melhorias nos parques eólicos do cluster de Ventos de São Clemente com o intuito de mitigar problemas com barulho e sombra ao redor dos parques.

	<b>2020</b>			
	<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>Adição</b>	<b>Depreciação amortização</b>	<b>Saldo em 31/12/2020</b>
<b>Consolidado</b>				
Imobilizado em andamento	3.910	19.872	-	23.782
Máquinas e equipamentos	1.603.402	893	(81.485)	1.522.810
Benfeitorias	31.718	-	(1.077)	30.641
Móveis e utensílios	993	-	(82)	911
Equipamentos e processamento de dados	20	-	(5)	15
<b>Total</b>	<b>1.640.043</b>	<b>20.765</b>	<b>(82.649)</b>	<b>1.578.159</b>

Determinados ativos imobilizados das controladas são dados em garantia em face dos financiamentos obtidos. Para maiores detalhes, consultar nota explicativa 13 e 14.

## 12 Fornecedores

<b>Natureza</b>	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Materiais e serviços (a)	-	20	10.382	19.509
Fornecedores partes relacionadas (b)	-	-	30.608	26.055
Provisões (c)	102	-	14.895	-
Outros	-	-	-	155
Encargos de uso da rede elétrica	-	-	-	27
Seguros	-	-	-	2.885
Taxas e emolumentos	-	-	-	6
<b>Total</b>	<b>102</b>	<b>20</b>	<b>55.885</b>	<b>48.637</b>

(a) Refere-se a obrigações referente a manutenção do parque eólico

(b) Conforme nota explicativa nº 22.

(c) Refere-se a obrigações com fornecedores contratados para fornecer materiais e serviços inerentes a manutenção dos parques, onde a Companhia e suas controladas ainda não receberam as referidas faturas.

## 13 Financiamentos (Consolidado)

Financiamentos	Taxa de juros	Vencimento final	31/12/2021	31/12/2020
Financiamentos BNDES – Ventos de São Clemente (a)	2,55% a.a. + TJLP	Jun/2033	365.207	384.341
Financiamentos BNDES – São Jorge Holding (b)	2,55% a.a. + TJLP	Jun/2033	428.157	465.298
<b>Total</b>			<b>793.364</b>	<b>849.639</b>
<b>Circulante</b>			<b>59.491</b>	<b>117.011</b>
<b>Não circulante</b>			<b>733.873</b>	<b>732.628</b>

As movimentações dos financiamentos aconteceram da seguinte forma:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<b>Saldo em 1º de janeiro</b>	<b>849.639</b>	<b>1.134.545</b>
Captação de financiamentos	254	2.868
Juros incorporados a dívida	61.825	67.516
Custo de captação	-	(300)
Custo de captação incorrido (c)	2.368	16.159
Juros pagos	(62.344)	(45.366)
Amortização do principal (c)	(58.378)	(325.783)
<b>Saldo em 31 de dezembro</b>	<b>793.364</b>	<b>849.639</b>

- (a) Refere-se as controladas indiretas de Ventos de São Clemente de I a VIII  
(b) Refere-se as controladas indiretas Morro do Chapéu, Tianguá, Tianguá Norte, Formoso e Paraíso.  
(c) No mês de fevereiro de 2020, após negociações com os credores sobre o redimensionamento da dívida, a Controlada São Clemente Holding S.A., realizou amortizações parciais antecipadamente conforme previsto nos contratos de financiamentos do BNDES, amortizando os custos de captação proporcionalmente.

Abaixo é demonstrado o cronograma de amortização do financiamento:

Vencimento em:	<u>31/12/2021</u>
2023	69.322
2024	72.573
2025	73.387
2026	70.440
2026 a 2033	448.151
<b>Total</b>	<b>733.873</b>

**a. Garantias**

As garantias dos financiamentos são usuais para estrutura de financiamento de projetos. Os contratos de financiamento têm como garantias, cessão fiduciária de direitos de crédito decorrentes de qualquer contrato de venda de energia, penhor das ações e penhor dos equipamentos, incluindo contas reservas, cessão dos direitos creditórios e emergentes da autorização e alienação das máquinas e equipamentos.

**b. Covenants**

Os referidos contratos possuem cláusulas restritivas, as quais são acompanhadas pela Companhia e suas controladas. Os covenants são medidos anualmente nos exercícios findos em dezembro dos respectivos anos, a seguir algumas das respectivas cláusulas:

- (a) Receber a receita decorrente da prestação de serviços de geração exclusivamente em uma “Conta Centralizadora” aberta para tal fim.
- (b) Manutenção, até o vencimento do contrato, das seguintes contas reservas: Conta Reserva do serviço da dívida, conta reserva de O&M e conta reserva especial.
- (c) Não firmar contratos de mútuo com seus acionistas nem assumir novas dívidas sem prévia autorização do BNB e BNDES, a não ser a emissão de debêntures previstas em contrato (exclusivamente BNDES).
- (d) Não realizar, sem prévia e expressa autorização do BNB e BNDES, distribuição de dividendos, nem pagamento de juros sobre o capital próprio, cujo valor, isolada ou conjuntamente, seja superior ao percentual estabelecido no §2º do art. 202 da Lei nº 6.404/76.
- (e) Constituir em favor do BNDES, e manter até o final liquidação de todas as obrigações decorrentes do contrato, “Conta Reserva” com recursos no valor equivalente a, no mínimo, três parcelas atualizadas referentes ao valor da última amortização e ¼ (um quarto) do valor anual a pagar referente aos contratos de Operação e Manutenção.
- (f) Manter durante toda a vigência do contrato ICSD igual ou maior que 1,30, com excessão de São Clemente que possui índice de 1,20.
- (g) Manter os contratos de Serviço e Manutenção vigentes.

## 14 Debêntures (Consolidado)

	Taxa de juros	Vencimento final	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Debêntures São Clemente	IPCA + 8% a. a	Out/30	218.821	205.551
Debêntures São Jorge	IPCA + 9% a.a.	Jul/28	<u>73.880</u>	<u>67.039</u>
			<u><b>292.701</b></u>	<u><b>272.590</b></u>
<b>Circulante</b>			<b>25.671</b>	<b>17.915</b>
<b>Não circulante</b>			<b>267.030</b>	<b>254.675</b>

As movimentações das debêntures, são apresentadas conforme segue:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<b>Saldo em 1º de janeiro</b>	<u><b>272.590</b></u>	<u><b>243.778</b></u>
Captação de debêntures	-	20.000
Juros pagos	(16.012)	(16.632)
Amortização do principal	(14.168)	(5.555)
Custo de captação incorrido	14	1
Custo de captação	-	(736)
Juros incorporados a dívida	<u>50.277</u>	<u>31.734</u>
<b>Saldo em 31 de dezembro</b>	<u><b>292.701</b></u>	<u><b>272.590</b></u>

### a. Garantias

As garantias dos financiamentos são usuais para estrutura de financiamento de projetos. Os contratos de financiamento têm como garantias, cessão fiduciária de direitos de crédito decorrentes de qualquer contrato de venda de energia, penhor das ações e penhor dos equipamentos, incluindo contas reservas, cessão dos direitos creditórios e emergentes da autorização e alienação das máquinas e equipamentos.

### b. Covenants

As debêntures possuem as seguintes cláusulas restritivas, as quais são acompanhadas pela Companhia e suas controladas:

- (a) Manutenção, até o vencimento do contrato, da Conta Reserva do serviço da dívida da debênture.
- (b) Manter durante toda a vigência do contrato ICSD igual ou maior que 1,20 para São Clemente e 1,30x para os demais projetos.
- (c) Manter os contratos de serviço e manutenção vigentes.

Os covenants são medidos anualmente nos exercícios findos em dezembro dos respectivos anos.

## 15 Provisão para ressarcimento

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Provisão para ressarcimento anual em formação	8.346	-
Provisão para ressarcimento anual formado	39.272	120.777
Provisão para ressarcimento quadrienal formado	109.977	-
<b>Total</b>	<b>157.595</b>	<b>120.777</b>
<b>Circulante</b>	<b>130.191</b>	<b>120.777</b>
<b>Não circulante</b>	<b>27.404</b>	<b>-</b>

Ressarcimentos anual e quadrienal: Os contratos regulados para as controladas da Companhia são oriundos do 19º Leilão de Energia Nova (São Clemente) e 2º Leilão de Fontes Alternativas (Tiangá). Estes contratos são da modalidade disponibilidade, e, portanto, possuem regras específicas para a valoração das variações entre a energia gerada/entregue no contrato e a obrigação contratual.

Para os casos de ressarcimento, ou seja, com geração inferior à obrigação contratual, o contrato define que:

- i) geração anual de energia inferior a 90% da obrigação contratual anual gera um ressarcimento a ser pago ao final de um período de quatro anos do contrato; e
- ii) geração anual de energia inferior a 100% e superior a 90% da obrigação anual contratada gera um ressarcimento a ser pago no ano seguinte.

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), por meio do despacho 2303 de 2019, suspendeu o pagamento dos ressarcimentos anuais e quadrienais apurados a partir de agosto de 2019 até que os critérios e procedimentos para reconhecimento do *Constrained-off* fossem divulgados para abatimento dos saldos a pagar de ressarcimento. Em 23/03/2021 a ANEEL estabeleceu os procedimentos e critérios para apuração e pagamento do *Constrained-off* de usinas eólicas, porém, em 26/11/2021 a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), por meio do CO 870/21, postergou o processamento do valor do *Constrained-off*, por inconsistências apontadas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico – (ONS), com isso, permanece suspensa a exigibilidade de pagamento do saldos de ressarcimento enquanto os reguladores não divulgarem os critérios e procedimentos finais para apuração e posterior abatimento do *Constrained-off*.

## 16 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes do período de 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 14.971 (R\$ 11.078 em 31 de dezembro de 2020).

As Controladas da Companhia que exercem atividade de geração, apuram o imposto de renda e contribuição social com base no lucro presumido. A Controladora com base no lucro real e em 31 de dezembro 2021 e 2020, apresentava prejuízos fiscais. Desta forma não apurou IRPJ e CSLL correntes.

	<b>31/12/2021</b>	
	<b>Imposto de Renda</b>	<b>Contribuição Social</b>
<b>Cálculo do lucro real</b>		
Resultado antes do IRPJ e CSLL	(2.999)	(2.999)
Perda com equivalência patrimonial	2.740	2.740
<b>Prejuízo fiscal</b>	<b>(259)</b>	<b>(259)</b>
Alíquota nominal	25%	9%
<b>Total lucro real (*)</b>	<b>(65)</b>	<b>(23)</b>
	<b>31/12/2020</b>	
	<b>Imposto de Renda</b>	<b>Contribuição Social</b>
<b>Cálculo do lucro real</b>		
Resultado antes do IRPJ e CSLL	(41.520)	(41.520)
Perda com equivalência patrimonial	41.496	41.496
<b>Prejuízo fiscal</b>	<b>(24)</b>	<b>(24)</b>
Alíquota nominal	25%	9%
<b>Total lucro real (*)</b>	<b>(6)</b>	<b>(2)</b>

(\*) Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Companhia não reconheceu ativos fiscais diferidos por não possuir históricos de lucros tributáveis. Abaixo, seguem os valores dos prejuízos fiscais acumulados:

<b>Controladora</b>		
	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Prejuízos fiscais acumulados	5.855	5.790
Alíquota para IRPJ e CSLL diferidos	34%	34%
<b>IRPJ e CSLL diferidos não reconhecidos</b>		
	<b>1.991</b>	<b>1.969</b>

<b>Consolidado</b>		
	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Prejuízos fiscais acumulados (*)	184.355	133.769
Alíquota para IRPJ e CSLL diferidos	34%	34%
<b>IRPJ e CSLL diferidos não reconhecidos</b>		
	<b>62.681</b>	<b>45.481</b>

(\*) Valor proveniente dos prejuízos fiscais acumulados não reconhecidos da Companhia e das controladas diretas Ventos de São Clemente Holding S.A e Ventos de São Jorge Holding S.A

<b>31/12/2021</b>		
	<b>Imposto de Renda</b>	<b>Contribuição Social</b>
<b>Lucro presumido</b>		
Receitas de operações com energia elétrica	338.299	338.299
Alíquota de presunção	8%	12%
Lucro presumido	27.064	40.596
Demais receitas	13.457	13.457
Alíquota nominal	25%	9%
<b>Corrente</b>		
	<b>10.106</b>	<b>4.865</b>
<b>Alíquota efetiva</b>		
	<b>25%</b>	<b>9%</b>

<b>31/12/2020</b>		
	<b>Imposto de Renda</b>	<b>Contribuição Social</b>
<b>Lucro presumido</b>		
Receitas de operações com energia elétrica	280.640	280.640
Alíquota de presunção	8%	12%
Lucro presumido	22.451	33.677
Demais receitas	7.231	7.231
Alíquota nominal	25%	9%
<b>Corrente</b>		
	<b>7.396</b>	<b>3.682</b>
<b>Alíquota efetiva</b>		
	<b>25%</b>	<b>9%</b>

## 17 Patrimônio líquido

### a. Capital social

O capital social subscrito e autorizado é de R\$836.968 em 31 de dezembro de 2021 e 2020, e está representado por 1.058.672 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. O capital social integralizado é de R\$ 811.448 em 31 de dezembro de 2021 (R\$811.220 em 31 de dezembro de 2020).

Durante o exercício de 2021 foi integralizado o montante de R\$228 em caixa, (R\$ 202.617 em 31 de dezembro de 2020), também em caixa.

### b. Dividendos

Dentre as principais determinações do estatuto social, estão destacadas que em cada exercício será realizada distribuição de 25%, a título de dividendos mínimos obrigatórios, ajustados nos termos da Lei, quando aplicável. A Companhia não distribuiu dividendos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, por ter percebido prejuízos

## 18 Receita operacional líquida

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Receita bruta de energia elétrica (*)	332.290	269.061
Outras receitas (**)	6.009	11.579
<b>Total receita bruta de vendas</b>	<b>338.299</b>	<b>280.640</b>
<b>Volume gerado em MWh</b>	<b>1.472.622</b>	<b>1.340.102</b>
PIS	(2.199)	(1.819)
COFINS	(10.149)	(8.394)
<b>Deduções da receita</b>	<b>(12.348)</b>	<b>(10.213)</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>325.951</b>	<b>270.427</b>

(\*) A receita bruta de energia elétrica representa a venda de geração de energia própria e revenda.

(\*\*) Refere-se a recebimentos por parte do fornecedor de manutenção das controladas da Companhia em função do não cumprimento do acordo estabelecido de disponibilidade de geração do parque

A seguir, demonstramos a segregação de receita bruta por tipo de contrato:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2021</b>	<b>2020</b>
CCEAR (a)	285.682	253.506
ACL (b)	4.731	2.380
MCP CCEE (c)	41.877	13.175
<b>Total</b>	<b>332.290</b>	<b>269.061</b>

(a) Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado.

(b) Ambiente de Contratação Livre

(c) Mercado de Curto Prazo – CCEE

## 19 Custo de operação (Consolidado)

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Depreciação	(82.573)	(82.649)
Custos compartilhados (i)	-	(6.113)
Engenharia e gestão de processos O&M	(39.020)	(34.947)
Encargos de conexão e transmissão	(18.429)	(16.816)
Compra de energia (ii)	(33.587)	(9.404)
Gastos com pessoal	(6.720)	(1.641)
Serviços de terceiros	(7.451)	(3.930)
Gastos diversos	(11.729)	(8.456)
<b>Total</b>	<b>(199.509)</b>	<b>(163.956)</b>

(i) Os saldos de compartilhamento de custos e referem-se ao reembolso de gastos liquidados pela Echoenergia Participações S.A., controladora final, aos quais são reembolsados pelas controladas da Companhia, conforme nota explicativa nº 22. Ao longo do ano de 2021, a Companhia passou a reconhecer o compartilhamento de custos de em linhas específicas, na rubrica de custos de geração, de acordo com a natureza, não alocando-os mais em Compartilhamento de custos.

(ii) As compras de energia são decorrentes de liquidação financeira na CCEE, para as negociações de *Swap* de lastro. A variação entre os períodos refere-se à oscilação da PLD, e, no aumento das operações de venda de *Swap* de lastro.

## 20 Despesas gerais e administrativas

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Amortização	-	-	-	(95)
Despesas compartilhadas (i)	-	-	-	(9.253)
Gastos com pessoal	-	-	(7.038)	-
Serviços de terceiros	(100)	-	(4.731)	(1.438)
Legais, judiciais e publicações	-	-	(535)	-
Outros	(44)	(27)	(910)	(1.520)
<b>Total</b>	<b><u>(144)</u></b>	<b><u>(27)</u></b>	<b><u>(13.214)</u></b>	<b><u>(12.306)</u></b>

- (i) Os saldos de compartilhamento de custos referem-se ao reembolso de gastos liquidados pela Echoenergia Participações S.A., controladora final, aos quais são reembolsados pelas controladas da Companhia, conforme nota explicativa nº 22. Ao longo do ano de 2021, as controladas passaram a reconhecer o compartilhamento das despesas de em linhas, na rubrica de despesas gerais e administrativas específicas, de acordo com a natureza, não alocando-os mais em despesas compartilhadas.

## 21 Receitas e despesas financeiras

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Rendimento de aplicações financeiras	-	-	12.324	6.664
Correção monetária de depósitos judiciais	-	-	18	-
<b>Receitas financeiras</b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>12.342</u></b>	<b><u>6.664</u></b>
Juros sobre financiamentos	-	-	(61.825)	(67.516)
Taxa de pré-pagamento (financiamentos) (i)	-	-	-	(7.583)
Juros debêntures	-	-	(50.277)	(31.734)
Juros diversos	-	-	(1.014)	(1.233)
Despesa captação de financiamentos (ii)	-	-	(2.382)	(16.159)
Fianças e comissões bancárias	-	-	(330)	(7.932)
Juros sobre arrendamento	-	-	(325)	(278)
Outras despesas financeiras	(1)	(1)	(151)	(120)
<b>Despesas financeiras</b>	<b><u>(1)</u></b>	<b><u>(1)</u></b>	<b><u>(116.304)</u></b>	<b><u>(132.555)</u></b>

- (i) Refere-se a taxa de pré-pagamento dos financiamentos de São Clemente que foram liquidados em fevereiro de 2020.
- (ii) Como resultado do pagamento antecipado dos financiamentos das controladas pertencentes ao complexo São Clemente, os custos de captação foram amortizados proporcionalmente.

## 22 Transações com partes relacionadas

Os principais saldos de passivos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios, decorrem de transações da Companhia com partes relacionadas, as quais estão descritas abaixo:

	<b>Consolidado</b>	
	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<b>Passivo</b>		
Echo Participações. (i) – Nota explicativa nº 12	<u>30.608</u>	<u>26.055</u>
<b>Total</b>	<u><b>30.608</b></u>	<u><b>26.055</b></u>
<b>Resultado</b>		
Compartilhamento de custos (i)	(7.101)	(6.113)
Compartilhamento de despesas (i)	<u>(11.143)</u>	<u>(9.253)</u>
<b>Total</b>	<u><b>(18.244)</b></u>	<u><b>(15.366)</b></u>

- (i) As controladas possuem contratos de compartilhamento de despesas e custos a pagar com a Controladora indireta Echoenergia Participações S.A, controladora final da Companhia e suas controladas. O critério de rateio se dá com base na garantia física homologada pela ANEEL para cada Controlada em face do total de garantia homologada para todo o grupo. Os principais gastos compartilhados são:

- Custos com pessoal, tecnologia da informação e comunicação;
- Despesas legais e advocatícias e seguros.

### **Remuneração dos administradores**

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os administradores não receberam remuneração nem benefícios da Companhia. Os administradores da Companhia são remunerados pela controladora Echoenergia Participações S.A, a qual repassa as respectivas remunerações, guardando o critério de proporcionalidade estabelecido para a Companhia por meio de contrato firmado com a Companhia.

## 23 Instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas possuem operações com instrumentos financeiros. O gerenciamento desses instrumentos financeiros é feito por meio de monitoramento e controles internos que visam mitigar os riscos advindos desses instrumentos financeiros. A Companhia e suas controladas possuem um comitê, instaurado permanentemente que tem por finalidade analisar todos os fatores internos e externos que possam aumentar o risco de crédito, cambial e de liquidez atrelados as operações com instrumentos financeiros. As atividades relacionadas a gestão e monitoramentos dos riscos envolvem principalmente o acompanhamento da evolução das taxas de juros que podem impactar tanto os fluxos de caixa da Companhia e suas controladas bem como o valor de mercado dos instrumentos financeiros, o risco de crédito de seus ativos financeiros, e o monitoramento regular das cláusulas de covenants. As projeções e acompanhamento dos fluxos de caixa da Companhia e suas controladas são monitoradas semanalmente com vistas a garantir o cumprimento das obrigações financeiras e de liquidez da Companhia e suas controladas.

A Companhia e suas controladas não efetuaram operações com instrumentos financeiros derivativos.

### Classificação dos instrumentos Financeiros

	Nota	Controladora		Controladora	
		31/12/2021		31/12/2020	
		Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado
<b>Ativos financeiros</b>					
Aplicações financeiras	6.a	7	-	-	2
<b>Passivos financeiros</b>					
Fornecedores	12	102	-	20	-
	Nota	Consolidado		Consolidado	
		31/12/2021		31/12/2020	
		Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado
<b>Ativos financeiros</b>					
Bancos	6.a	4.055	-	63.968	-
Aplicações financeiras	6.a	-	113.855	-	44.350
Fundos vinculados	6.b	-	233.428	-	186.598
Contas a receber	7	45.806	-	44.571	-
Depósitos Judiciais	25	127	-	109	-
<b>Passivos financeiros</b>					
Fornecedores	12	55.885	-	48.637	-
Debêntures	14	292.701	-	272.590	-
Financiamentos	13	793.364	-	849.639	-

## Valor justo dos instrumentos financeiros

		<b>Controladora</b>				
		<b>31/12/2021</b>		<b>31/12/2020</b>		
	<b>Nota</b>	<b>Nível (*)</b>	<b>Valor contábil</b>	<b>Valor justo</b>	<b>Valor contábil</b>	<b>Valor justo</b>
Aplicações financeiras	6.a	Nível 2	7	7	2	2
Fornecedores	12	Nível 2	102	102	20	20
<b>Total</b>			<b>109</b>	<b>109</b>	<b>22</b>	<b>22</b>

		<b>Consolidado</b>				
		<b>31/12/2021</b>		<b>31/12/2020</b>		
	<b>Nota</b>	<b>Nível (*)</b>	<b>Valor contábil</b>	<b>Valor justo</b>	<b>Valor contábil</b>	<b>Valor justo</b>
Bancos	6.a	Nível 2	4.055	4.055	63.968	63.968
Aplicações financeiras	6.a	Nível 2	113.855	113.855	44.350	44.350
Contas a receber	7	Nível 2	45.806	45.806	44.571	44.571
Fundos vinculados	6.b	Nível 2	233.428	233.428	186.598	186.598
Depósitos Judiciais	25	Nível 2	127	127	109	109
Fornecedores	12	Nível 2	55.885	55.885	48.637	48.637
Financiamentos	13	Nível 2	793.364	793.364	849.639	849.639
Debêntures	14	Nível 2	292.701	292.701	272.590	272.590
<b>Total</b>			<b>1.539.221</b>	<b>1.539.221</b>	<b>1.510.462</b>	<b>1.510.462</b>

(\*) A Companhia e suas controladas usam a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação.

Nível 1 - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e

Nível 3 - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

## 24 Gerenciamento de riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia e de suas controladas. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

### *i. Risco operacional*

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento esperado relacionado ao parque eólico.

Visando a mitigação do risco operacional a Companhia e suas controladas gerenciam o risco operacional da seguinte maneira:

- Profissionais altamente treinados e capacitados.
- Contratos robustos de operação e manutenção.
- Processos sólidos e bem definidos.
- Análises diárias, semanais, mensais da capacidade operacional, bem como dos fatores internos e externos atrelados à operação.
- Acompanhamento dos sistemas de gestão e aplicação das políticas de Meio Ambiente, Saúde e Segurança.
- Centro de controle operacional de alta tecnologia.
- Monitoramento de matriz de risco.
- Gestão do relacionamento com a comunidade.

### *ii. Risco de Crédito*

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras e contas a receber é administrado pela tesouraria bem como por um Comitê permanente de suas controladas de acordo com as políticas por estes estabelecidas. Os recursos excedentes de caixa e equivalentes de caixa são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas, com *rating* AAA e aprovadas pela controladoria, avalizadas pela Diretoria Executiva, respeitando limites de crédito definidos, os quais são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. As vendas de energia que geram o contas a receber de suas controladas são pactuadas somente com clientes com capacidade de liquidez e por meio de robustas garantias financeiras. Abaixo são demonstrados os saldos contábeis suscetíveis ao risco de crédito:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e equivalentes de caixa	6.a	7	2	117.910	108.318
Fundos vinculados	6.b	-	-	233.428	186.598
Contas a receber	7	-	-	45.806	44.571
<b>Total das transações no resultado</b>		<b>7</b>	<b>2</b>	<b>397.144</b>	<b>339.487</b>

**iii. Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Companhia e de suas controladas na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e de suas controladas.

A Companhia e suas controladas possuem ativos financeiros representados por caixa que resultam diretamente das integralizações dos acionistas. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros remanescentes na data de reporte. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros estimados e excluem o impacto dos acordos de compensação.

31/12/2021 Consolidado	Valor contábil	Fluxos de caixa futuros	Fluxos de caixa contratuais			
			Até 12 meses	Entre 1 a 2 anos	Entre 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores	55.885	(55.885)	(55.885)	-	-	-
Debêntures	292.701	(482.529)	(38.377)	(47.436)	(155.396)	(241.320)
Financiamentos	793.364	(1.217.998)	(124.735)	(121.661)	(339.300)	(632.302)
Arrendamentos	2.688	(11.705)	(285)	(575)	(860)	(9.985)
<b>Total</b>	<b>1.144.638</b>	<b>(1.768.117)</b>	<b>(219.282)</b>	<b>(169.672)</b>	<b>(495.556)</b>	<b>(883.607)</b>

**iv. Risco de mercado**

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia e de suas controladas ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia e suas controladas não efetuam investimentos em ativos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

**v. Risco de preço na venda de energia**

A Companhia vende energia no Ambiente de Contratação Regulado - ACR. No ACR, a venda se dá por meio de contratos provenientes de leilões, cujos preços são pré-determinados, corrigidos por um determinado índice inflacionário. Nesse ambiente, o risco às variações do preço de mercado e ao Prelo de Liquidação das Diferenças - PLD decorrem dos ajustes de balanço energético, quando a geração é diferente da energia vendida, liquidados no curto prazo pela CCEE, conforme regras de cada contrato e suas bandas. A parcela substancial da energia vendida está vinculada aos contratos regulados, o que reduz a exposição da Companhia à variação de preços.

**vi. Riscos e taxas de juros**

A Companhia e suas controladas entendem que os riscos de taxa de juros estão ligados a possibilidade de perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

**Análise de sensibilidade**

Em atendimento ao item 40 do CPC 40 – Instrumento Financeiros Evidenciação, a Companhia e suas controladas efetuam a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia e suas controladas em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir estão apresentados todos os instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas que estão expostos à indexadores, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário provável adotado pela Companhia e suas controladas, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central e projeções de longo prazo do Banco Bradesco S.A com 25% e 50% de aumento do risco

Variação das taxas de juros e índices	Variação	Cenário provável	Sensibilidade		
	31/12/2021	31/12/2022	Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Risco de aumento das taxas de juros e índices					
TJLP (a)	6,08%	5,80%	5,80%	7,25%	8,70%
IPCA (b)	10,03%	5,03%	5,03%	6,29%	7,55%
Risco de redução das taxas de juros e índices					
CDI (c)	4,42%	11,50%	11,50%	14,38%	17,25%

Risco de aumento (passivo)	Índice	Saldos em 31/12/2021	Sensibilidade				
			Provável	Δ + 25%	Δ + 50%	∇ - 25%	∇ - 50%
Financiamentos	TJLP	(793.364)	(46.015)	(57.519)	(69.023)	57.519	69.023
Debêntures	IPCA	(292.701)	(14.723)	(18.404)	(22.084)	18.404	22.084
Total		<b>(1.086.065)</b>	<b>(60.738)</b>	<b>(75.923)</b>	<b>(91.107)</b>	<b>75.923</b>	<b>91.107</b>
<b>Risco de redução (ativo)</b>							
Aplicações financeiras e fundos vinculados	CDI	<b>347.283</b>	<b>39.938</b>	<b>49.922</b>	<b>59.906</b>	<b>(49.922)</b>	<b>(59.906)</b>

(a) Taxa de juros de longo prazo – Fonte: Projeções Bradesco Longo Prazo.

(b) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – Fonte: Boletim Focus

(c) Certificado de Depósito Interbancário – Fonte: Projeções Bradesco Longo Prazo

## 25 Contingências

Em e 31 de dezembro de 2021 e 2020, conforme a assessoria jurídica da Companhia, não tramitam em esfera judicial e administrativa processos cíveis, trabalhistas e fiscais, classificados como prováveis. Portanto, nenhuma provisão foi constituída.

Todavia, tramitam processos possíveis de perda os quais são mencionados a seguir:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Tributário (i)	7.062	7.061
Cíveis (ii)	2.812	2.521
<b>Total</b>	<b>9.874</b>	<b>9.582</b>

- (i) Se refere as ações de suas controladas do grupo de São Clemente, as quais possuem ações de execução fiscal proposta pelo Município de Venturosa-PE em 12/03/2020, pleiteando execução de dívida de ISS. As controladas apresentaram defesas tempestivamente e seguro garantia, sendo que nesse momento os autos estão conclusos com o juiz.
- (ii) Se referem às ações em que, os arrendatários pleiteiam, onde os parques eólicos das controladas de São Clemente encontram-se instalados, indenizações morais e materiais em decorrência do funcionamento dos parques eólicos.

## 26 Informações Complementares ao fluxo de caixa

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, foram realizadas as seguintes transações que não envolveram caixa ou equivalentes de caixa:

	Nota	<b>Consolidado</b>	
		<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Fornecedores – aquisição de imobilizado	12	-	1.800
Aquisição de ativo imobilizado	11	-	(1.800)
Baixa em ativo de direito de uso	10	1.360	-
(Baixa) em Passivo de arrendamento	10	(1.360)	-
Compensação de infraestrutura	-	3.168	-
Outras contas a pagar	-	(3.168)	-

## 27 Compromissos futuros

A seguir são divulgados os principais compromissos da Companhia e suas controladas para os anos subsequentes.

	<b>2023</b>	<b>2024</b>	<b>2025</b>	<b>2026</b>	<b>2027 a 2037</b>
(CUST / CCT) (a)	20.130	20.130	20.130	20.130	221.430
Contratos de (O&M) (b)	41.884	43.408	44.781	47.785	525.635
<b>Total</b>	<b>62.014</b>	<b>63.538</b>	<b>64.911</b>	<b>67.915</b>	<b>747.065</b>

**a) Encargos devido ao uso do sistema de transmissão (CUST/CCT)**

Durante toda a operação dos projetos, as controladas irão incorrer com gastos referentes aos encargos por uso do sistema de transmissão, objeto dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST) e Contratos de Conexão (CCT) para empreendimentos conectados na rede de transmissão.

Para o ano de 2022 os encargos foram calculados considerando as tarifas vigentes para o ciclo tarifário 2022/2021 (julho/22 a junho/21) para projetos conectados na rede de transmissão, sem a utilização de correção/reajuste nas tarifas para os meses.

Para os anos a partir de 2023 os encargos também foram calculados considerando as tarifas vigentes para o ciclo tarifário 2021/2022.

**b) Contratos de Operação e Manutenção (O&M)**

As controladas possuem contratos com fornecedores para manutenção dos aerogeradores.

**c) Aluguéis de parques eólicos**

As Controladas indiretas do cluster de Ventos de São Clemente, possuem contratos de arrendamentos firmados até março de 2058, onde suas contraprestações são variáveis e calculadas com base na geração de energia.

## **28 Eventos subsequentes**

Em 28 de Outubro de 2021, foi celebrado um Contrato de Compra e Venda de Ações, entre a Equatorial Energia, na qualidade de compradora, e Ipiranga Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, na qualidade de vendedor, detido por investidores sob a gestão da Actis LLP, onde as partes acordaram, dentre outras matérias, a aquisição de 100% das ações representativas do capital social da Echoenergia Participações S.A.

A transação estava condicionada ao cumprimento de condições precedentes usuais a este tipo de transação, incluindo, entre outras, (a) aprovação do CADE; (b) anuência de credores com relação à troca de controle direto e/ou indireto da Echoenergia e suas subsidiárias, no âmbito dos contratos de financiamento e instrumentos de garantia celebrados pela Sociedade e suas controladas; e (c) aprovação em assembleia geral da Equatorial nos termos do artigo 256 da Lei das Sociedades por Ações.

Em 03 de março de 2022, com as condições precedentes para a conclusão da operação implementadas, a Equatorial Transmissão S.A., subsidiária integral da Equatorial Energia, tornou-se titular de 100% (cem por cento) das ações representativas do capital social da Echoenergia Participações S.A. e com isso, passa a ser a controladora final da Companhia a partir daquela data.